

**HABEAS CORPUS Nº 515.209 - MS (2019/0167516-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : ANA PAULA DE ALMEIDA CHAVES GASPAR  
**ADVOGADOS** : ALBERTO GASPAR NETO - MS009174B  
ANA PAULA DE ALMEIDA CHAVES GASPAR - MS011817  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL  
**PACIENTE** : LUIZ CARLOS GONCALVES FRANCO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ CARLOS GONCALVES FRANCO contra decisão de Desembargador integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - HC n. 1406284-68.2019.8.12.0000.

Nesta via, o impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal em razão da negativa de apreciação do pedido de detração formulado em favor do paciente, aduzindo a ilegalidade quanto à exigência de prisão do reeducando para que seja expedida a guia de recolhimento.

Sustenta que o paciente faz jus à detração de pena, pois cumpriu indevidamente mais de cinco anos de reprimenda.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja determinada a baixa do mandado de prisão e a expedição da guia de recolhimento sem a necessidade de segregação do paciente, bem como para que seja deferida a detração de pena ou, subsidiariamente, seja analisado o pleito pelo Juízo competente.

É o relatório.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a defesa se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de origem, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto, o que impossibilita o conhecimento do *writ*, consoante tem decidido este Superior Tribunal de Justiça:

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS PREVENTIVO. DECISÃO DO TRIBUNAL A QUO JULGANDO PREJUDICADO O PEDIDO EM RAZÃO DO SUPERVENIENTE DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA.*

*(...) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. O inconformismo dirigido contra decisão de Desembargador que, ao analisar o habeas corpus, indefere liminarmente o writ, deve ser o recurso de agravo regimental para oportunizar o debate do tema pelo respectivo órgão colegiado e posterior impetração da ordem perante esta Corte Superior.*

*(...)*

*4. Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no HC 411.791/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 14/09/2017, DJe 21/09/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR DO TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. RECURSO IMPROVIDO.

1. A provocação da jurisdição de Corte Superior exige o prévio esaurimento da instância antecedente, de modo que correta a decisão que indeferiu liminarmente o habeas corpus que ataca decisão monocrática de relator não impugnada por recurso cabível.

2. Caberia à defesa a interposição de agravo regimental, de modo a submeter a decisão singular à apreciação pelo órgão colegiado competente e não inaugurar, per saltum, a via recursal no Tribunal Superior.

[...]

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 417.354/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 24/11/2017)

Federal: Na mesma esteira, colhem-se os seguintes julgados do Supremo Tribunal

*Ementa:* AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. WRIT AJUIZADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DA MATÉRIA PELO COLEGIADO DA CORTE SUPERIOR. NEGADO SEGUIMENTO AO HABEAS CORPUS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**I – A orientação de ambas as Turmas deste Supremo Tribunal é no sentido de que a não interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça – e, portanto, a ausência da análise da decisão monocrática pelo Colegiado – impede o conhecimento do habeas corpus por esta Corte. Precedentes.**

**II – Ausência, no caso sob exame, de teratologia ou ilegalidade manifesta que autorizem a superação do entendimento acima exposto.**

**III – Agravo regimental a que se nega provimento.**

(HC 144923 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 20/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-040 DIVULG 01-03-2018 PUBLIC 02-03-2018)

*EMENTA* Agravo regimental em habeas corpus. Violação do princípio da colegialidade. Não ocorrência. Legitimidade da atuação do relator na forma regimental (RISTF, art. 21, § 1º). Precedentes. **Impetração manejada contra decisão monocrática do relator da causa no Superior Tribunal de Justiça não submetida ao crivo do colegiado por intermédio do agravo interno.** Não esaurimento da instância antecedente. Precedentes. (...) Regimental não provido.

(HC 149954 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 12/12/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-021 DIVULG 05-02-2018 PUBLIC 06-02-2018)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefer-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

